

### **UNIDADE 4**

### 4. INCLUSÃO DOS SURDOS

### 4.1. EDUCAÇÃO DOS SURDOS: PROCESSO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?

Entende-se, que a situação atual faz parte de um processo de transição, adaptação e, até mesmo, de reformulação de muitos discursos, já que muitas conquistas foram alcançadas: a oficialização da LIBRAS, o direito do surdo de ter um intérprete, a obrigatoriedade de formação nas áreas das licenciaturas entre outras, mas existe um abismo enorme entre o dizer e o fazer, entre o papel e o cotidiano, entre a teoria e a prática.

Ainda é comum observar que muitos ouvintes ficam confusos quando encontram um surdo, na maioria dos casos tentam fazer mímicas, apontam para objetos ou lugares para tentar identificar algo que ajude no entendimento, aumentam o tom de voz como se falando mais alto fosse resolver o problema de comunicação. Nestes momentos é possível perceber o quanto a sociedade está despreparada para inclusão de pessoas surdas, e principalmente, como o reconhecimento da língua brasileira de sinais acontece de maneira lenta. Stumpf (2008, p. 27), afirma que:

[...] a inclusão acontece a partir de dois movimentos: da construção social de toda a sociedade que entende e acolhe, e dos surdos, que vão participar porque se sentem acolhidos [...] Este movimento da sociedade implica em responsabilidade social como prática constante no agir das pessoas e das instituições a partir de uma posição ética, uma posição em que a liberdade individual é posta em segundo plano a fim de que a justiça assuma primazia nas relações intersubjetivas.



Acolher, pode significar oferecer refúgio, proteger, abrigar, hospedar, receber alguém junto de si, aceitando sua diferença. É necessário colocar-se no lugar do outro, tentar perceber o mundo com uma visão menos individualista, procurando alternativas para facilitar os conflitos existenciais na sociedade. Não é possível mudar uma sociedade de uma hora para outra, mas são pequenas atitudes que ocorrem constantemente que fazem as pessoas repensarem o seu papel na aceitação do outro. O papel do professor, seu discurso e suas atitudes, são fundamentais para uma mudança de postura de pais, alunos, docentes e gestores.

Para Mantoan (2003), a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Ainda de acordo com Mantoan (2003, p.23), "a inclusão pegou as escolas de calças curtas. Esse é um dado irrefutável. E o nível de escolaridade que mais parece ter sido atingido por essa inovação é o ensino fundamental." Acredita-se que essa afirmação é a mais pura realidade, quem foi preparado para inclusão? Inclusão implica em aceitação, inovação, em um esforço de modernização, de querer mudar e de reestruturação das condições atuais da maioria das escolas brasileiras.





Fonte: https://www.facebook.com/A-inclus%C3%A3o-%C3%A9-um-direito-de-todos-1756751804546930/. Aceso em: 29/08/2020.

Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade, até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. (MANTOAN, 2003).

Portanto, incluir uma criança surda no contexto escolar, não significa estar de corpo presente dentro da escola ou da sala de aula, mas sim, fazer parte de forma ativa, com direito a receber uma educação de qualidade em condições de igualdade de conhecimento, adaptada as suas reais necessidades, uma total integração no processo de aprendizagem.

Deixar uma criança surda fazer parte de uma sala de aula, com crianças ouvintes, sem dar-lhe o suporte necessário para que ocorra aprendizagem é a mesma coisa que admitir que a escola não inclui, é uma forma mascarada de exclusão. Como é possível incluir uma criança surda numa escola regular sem reconhecer que a língua de sinais é a sua língua natural?



De acordo com Mantoan (2003, p.29):

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional, cultural dos alunos. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas: as adaptações de currículos, a facilitação das atividades, além dos programas para reforçar aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las, em casos de defasagem idade/séries escolares.

Atualmente, fala-se muito nas implicações positivas do uso da língua de sinais na escolarização de surdos e sabe-se dos benefícios que isso pode causar no desenvolvimento da aprendizagem dos surdos, mas há muitas resistências por parte da sociedade e principalmente por parte de alguns professores, pois aprender uma língua nova não é fácil, é um processo longo que não se faz da noite para o dia, gera custos que nem sempre estão disponíveis. SKLIAR (1997, p. 141) diz:

A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências linguísticas, comunicativa e cognitiva por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos.

Como os surdos estão inseridos em duas comunidades, comunidades surdas e comunidades ouvintes, eles precisam ter contato com as duas línguas, simultaneamente, mantendo o que é chamado de bilinguismo social, o que proporcionará um maior desenvolvimento cognitivo, uma maior entendimento do mundo que o cerca, pois



através da comunicação irá romper barreiras. Acredita-se, que o ideal é formar os surdos desde sua infância, no conhecimento das duas línguas, LIBRAS e Língua Portuguesa, isso amplia as possibilidades de interpretação da vida cotidiana e cria uma naturalidade na comunicação tanto de surdos com surdos, como de surdos com ouvintes bilíngues. Para Cormedi (s.d., p. 50):

A concepção bilíngue leva ao que se denomina biculturalismo, porque ser bilíngue em língua de sinais e língua oral significa ser dual nas modalidades sensoriais, ou seja, a pessoa assim bilíngue pode receber e expressar informações na modalidade visual espacial e na modalidade auditiva temporal.

Então, é possível afirmar que uma pessoa bilíngue domina a sua língua materna e a língua de outra comunidade e, por consequência, entende e integra-se a duas culturas, conseguindo viver de forma harmônica e atuante em duas sociedades, com pensamentos, costumes, crenças e comunicação diferente. É essa interação, que imagina-se ocorrer, quando fala-se de uma escola bilíngue, uma escola que entenda duas culturas distintas, que convivem lado a lado, sem peso ou valor diferente. Será que as escolas brasileiras estão adaptadas e abertas a essa nova maneira de pensar?

Para a criança surda, os bilinguismos representa o acesso a comunicação entre dois mundos, onde a língua de sinais é a sua primeira língua, considerada sua língua natural, e a Língua Portuguesa na modalidade escrita, a sua segunda língua.

Mantoan (2003, p.38), leva à uma reflexão, quando afirma:

Em uma palavra, as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser



pessoas. Nesses ambientes educativos ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo de professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluo de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma. Essas escolas são realmente abertas às diferenças e capazes de ensinar a turma toda. A possibilidade de se ensinar todos os alunos, sem discriminações e sem métodos e práticas do ensino especializado deriva de uma reestruturação do projeto pedagógico-escolar como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola, para que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa.

A experiência de inclusão parece ser muito benéfica, para os alunos ouvintes que têm a oportunidade de conviver com a diferença, que podem melhor elaborar seus conceitos sobre a surdez, a língua de sinais e a comunidade surda, desenvolvendo-se como cidadãos menos preconceituosos. Mas é importante ter clareza e pensar em formas de convivência entre crianças surdas e ouvintes, que tragam benefícios efetivos para ambos os grupos. Não se trata de inserir a criança surda nas atividades propostas para ouvintes, mas de pensar em atividades que possam ser integradas e significativas, tanto para surdos como para ouvintes.

Para o aluno surdo, que deve cursar o ensino na escola regular, é fundamental que a escola disponibilize a aprendizagem desses conteúdos em sua língua de domínio, no caso a LIBRAS, que ele tenha professores bilíngues e/ou intérpretes, e se possível colegas que partilhem com ele a língua de sinais, para um desenvolvimento pleno, como é oportunizado para crianças ouvintes. Infelizmente e, com muita tristeza, é necessário admitir, que essa ainda não é uma realidade em



todas as escolas brasileiras. Isso é o que se espera, mas não significa que é o que ocorre.

Acredita-se, que a criação de espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados, é o caminho mais curto e acertado para a inclusão de alunos surdos. Mas para isso, os professores precisam de uma capacitação mais eficiente e de qualidade, as escolas necessitam de melhores recursos físicos e humanos, a sociedade precisa entender, respeitar e aceitar melhor essas diferenças.

Entende-se que a inclusão é um caminho longo a ser percorrido, mas depois de internalizado em cada indivíduo é um caminho sem volta. É um caminho necessário!!!

Essa abertura de pensamento, demonstra o respeito e a aceitação da diferença e suas peculiaridades na vida de uma criança surda, que precisa estar em contato permanente, com duas culturas, com duas línguas, dois mundos dentro de um mesmo universo.

Numa época em que há um constante desenvolvimento e a tecnologia avança a cada momento, é necessário acompanhar a evolução com urgência, buscar recursos, usar novas metodologias, criar espaço adequado para as diferentes disciplinas possibilitando a facilitação e a integração de todos. Cabe a cada educador não cruzar os braços, buscar o aperfeiçoamento e, principalmente, querer fazer a diferença.

O preconceito não se elimina facilmente com práticas milagrosas, mas entende-se, que o momento atual é muito positivo. E neste momento, com a alma carregada com o entusiasmo dessas novas



perspectivas, sabendo que muito ainda precisa ser feito, fica aqui uma reflexão de perspectiva para um mundo melhor, mais igualitário, menos preconceituoso e que realmente possa incluir o diferente, não apenas no papel mas na incorporação da sua prática. Espera-se, que no futuro, o valor das pessoas surdas, seja ainda mais reconhecido globalmente e irrestritamente.



Fonte: Disponível em: https://br.pinterest.com/cposcenteaparecido/autismo/.
Acesso em: 29/08/2020.

### **TEXTO COMPLEMENTAR:**

### PROCESSO DE INCLUSÃO DOS SURDOS

A inclusão dos alunos surdos no ensino regular ainda causa controvérsia. Alguns acreditam que esses estudantes devem frequentar as escolas especializadas (escolas para surdos) até o final do ensino fundamental, para serem plenamente alfabetizados em Libras e em Língua Portuguesa. Outros preferem que eles sejam encaminhados para as escolas regulares em sistema de inclusão, tendo o convívio com os alunos ouvintes.

Percebe-se que a cada ano crescem as matrículas de alunos com algum tipo de deficiência (inclusive surdez) nas classes do ensino regular. É preciso que essa inclusão seja eficaz e assegure a aprendizagem.



A inclusão de surdos tem como meta colocar a criança em condições sociais de interação com os ouvintes, explorando ao máximo suas condições sócio-cognitivas para o acesso aos bens culturais.

Os professores ainda estão inseguros e não sabem como atender os alunos surdos.

### Alguns itens são indispensáveis para o desenvolvimento e a aprendizagem:

- Capacitação dos professores: apropriando-se de métodos e técnicas adequadas para realizar um bom trabalho.
- Elaboração de currículo que atenda as especificidades desses alunos
- Acompanhamento do aluno, do trabalho pedagógico, participação da família e equipe multidisciplinar como: psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogo
- Contratação de profissionais como: intérprete de Libras, professor itinerante.
  - Criação de cursos de Libras.

Acredita-se que em algumas instituições as condições mínimas de acesso e permanência já existam, porém, num país com tantos contrastes, sabemos que uma porcentagem significativa ainda não se preparou para receber esses alunos. As mudanças precisam considerar principalmente a diferença linguística.

Não basta admitir o aluno, é necessário pensar na permanência, no aprendizado, na integração com o grupo, nas suas avaliações (que devem refletir a aquisição de conhecimentos dentro do seu perfil e das suas características).

Ainda existem muitas dúvidas quanto a forma de ensinar, de avaliar, conduzir o processo. O professor é preparado para atuar como uma criança "ouvinte". O ambiente já está preparado para receber as crianças que ouvem e falam. Todo o material terá sido escolhido para este tipo de população, que é maioria.

Os professores, sem exceção, devem aceitar as diferenças individuais de cada criança. Não há mais espaço para preconceito e desinformação, abandonando a ideia de que a criança surda não é capaz de aprender porque não oraliza como as demais.

Os alunos surdos são plenamente capazes, se dadas as condições ideias para sua aprendizagem. A questão do uso de uma língua de sinais não pode ser um entrave para sua escolarização e formação de cidadão. FONTE: Portal Educação. Disponível em:

<a href="https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/processo-de-inclusao-de-surdos/41292#:~:text=A%20inclus%C3%A3o%20de%20surdos%20tem,como%20atender%20os%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20alunos%20a



<u>%20surdos</u>>. Acesso em: 29/08/2020.



Fonte: Artigo de tatibarrospedagoga.blogspot.com.br. Disponível em: https://www.pinterest.nz/pin/763571311796411573/. Acesso em: 29/08/2020.

### 4.2. INCLUSÃO DOS SURDOS NO MERCADO DE TRABALHO

Na sociedade atual, a mudança de postura e o enfático discurso sobre a importância da inclusão, estão cada vez mais presentes nas conversas profissionais e também nos bate-papos entre amigos. É comum, que profissionais de diversas áreas, principalmente, da saúde e da educação, reconhecem e valorizem o respeito às diferenças, afinal, de alguma maneira, todos são diferentes. As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como acontece o processo sócio-cultural necessário



para o entendimento de mundo. Toda mudança é um processo dinâmico e, muitas vezes, contraditório, que influencia diretamente no desenvolvimento de uma sociedade.



### TEXTO COMPLEMENTAR:

### Inclusão de surdos no mercado de trabalho

Segundo pesquisa do IBGE, 13,1% da população brasileira está desempregada. Para pessoas com deficiência, essa realidade é ainda mais preocupante.



O mercado de trabalho é concorrido para todas as pessoas. Segundo pesquisa do IBGE, 13,1% da população brasileira está desempregada. Para pessoas com deficiência, essa realidade é ainda mais preocupante, visto que poucas empresas contratam deficientes espontaneamente. Para mudar essa realidade e atuar na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a lei 8.213/91 determina que empresas com mais de 100 funcionários devem preencher de 2 a 5% de seus postos de trabalho com pessoas deficientes ou reabilitadas nas seguintes proporções:

Até 200 empregados: 2% de pessoas deficientes ou reabilitadas

De 201 a 500 empregados: 3%

De 501 a 1.000 empregados: 4%

De 1.001 em diante: 5%

Essa lei mudou um pouco a realidade de pessoas deficientes, mas ainda há muito a ser feito. A maioria das empresas obedece a lei por



obrigação, e não por compreender a importância de realizar a inclusão. Pior que isso, muitas empresas acreditam que pessoas deficientes não tem capacidade para realizar as atividades necessárias.



# Desafio da inclusão de surdos no mercado de trabalho

Quando se trata de pessoas surdas, a realidade está entre as melhores dentre os deficientes. De acordo com o Ministério do Trabalho, quase 80 mil pessoas surdas têm carteira assinada no Brasil, sendo a segunda deficiência com maior índice de empregabilidade no país.

Apesar disso, ainda há muito preconceito com pessoas surdas nos postos de trabalho. Para que o deficiente possa desempenhar suas funções, é preciso que a empresa faça as adaptações necessárias e implante as tecnologias assistivas. Caso não sejam feitas essas mudanças, é caracterizada discriminação contra as pessoas com deficiência e a empresa pode ser multada em até 10 vezes o valor do maior salário pago pela empresa. Em caso de reincidência, a multa é aplicada novamente, com acréscimo de 50% no valor.

Para que a inclusão seja completa, é preciso que as empresas deixem de ver o funcionário como ônus e passem a integrá-lo completamente, oferecendo treinamento para que ele possa trabalhar como qualquer outro membro da equipe. Além disso, é importante realizar a conscientização dos colegas de trabalho, oferecendo, por exemplo, curso de Libras para aqueles



que vão trabalhar diretamente com a pessoa surda.

Os surdos são plenamente capazes de realizar a maioria das atividades profissionais. A surdez afeta cerca de 10 milhões de pessoas no Brasil, não são apenas idosos que sofrem, mas pessoas de todas as idades. A inclusão é a melhor solução.

Fonte: OUVINCLIN. Disponível em: https://www.ouviclin.com.br/surdez/inclusao-de-surdos-no-mercado-de-trabalho. Acesso em: 29/08/2020.

#### Saiba mais em:

http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33784

Acesse esse material pelo link disponibilizado aqui:

 Para saber mais sobre inclusão, o MEC disponibiliza no link:http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.
 pdf. um material sobre Saberes e práticas da inclusão. Vale a pena conhecer!

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Brasília: 2006.

### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Laine Reis. *Inclusão social do surdo:* reflexões sobre as contribuições da Lei 10.436 à educação, aos profissionais e à sociedade



atual. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/inclus%C3%A3o-social-do-surdo-reflex%C3%B5es-sobre-contribui%C3%A7%C3%B5es-da-lei-10436-%C3%A1-educa%C3%A7%C3%A3o-aos-profissinais.Postado em: 07 mar 2012 por williammoura.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei N°. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

CORMEDI, Maria Aparecida. Comunicação, linguagem e educação bilíngue. Brasília: AVM Faculdade Integrada, s.d.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (Unicamp). In D.E. G. Rosa, V.D. de Souza (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. (pp.79-93).Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

REILY, Lúcia. Escola Inclusiva: linguagem e mediação. Campinas: Papirus, 2004.

SKLIAR, Carlos. A *Surdez*: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. Educação e exclusão: abordagens sócioantropológicasem educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

STUMPF, M. R. A educação bilíngue para surdos: relatos de experiências e a realidade brasileira. In: QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. Estudos Surdos IV. Série de Pesquisas. Petrópolis: Arara Azul, 2008.